



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE ENSINO A DISTANCIA - CEAD
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
POLO: ÁGUA BRANCA



**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:
A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO
PROCESSO LEGISLATIVO**

JOBSON PAULO DA CUNHA
JOAQUIM ALVES DA SILVA FILHO

POLO ÁGUA BRANCA / DEZEMBRO 2013

JOBSON PAULO DA CUNHA
JOAQUIM ALVES DA SILVA FILHO

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:
A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO
PROCESSO LEGISLATIVO**

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso como para obtenção de título de Bacharel em Administração Pública na Universidade Federal do Piauí.

POLO ÁGUA BRANCA / DEZEMBRO 2013

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ: A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Jobson Paulo da Cunha*

Joaquim Alves da Silva Filho**

RESUMO

Esta pesquisa analisa o impacto na implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI), em especial quanto à implantação do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), ferramenta que visa proporcionar melhorias no modo de organizar, arquivar e consultar as informações resultantes das atividades do processo legislativo, viabilizando inúmeros benefícios como a redução no tempo necessário à execução das atividades e a racionalização de procedimentos referentes ao acompanhamento de seus processos. Aborda, também, a utilização da internet nas instalações da organização, seus benefícios em relação à troca de informações e dados com

* Jobson Paulo da Cunha, graduando em Administração Pública pela UAPI/UFPI, Fone: (86) 99511700, e-mail: jobsoncunha@msn.com, Rua Francisco da Silva, 1057, Fátima – CEP 64049545 – Teresina – PI.

** Joaquim Alves da Silva Filho, graduando em Administração Pública pela UAPI/UFPI, Fone: (86) 94154336, e-mail: filho_the@hotmail.com, Quadra 07 casa 22 Conjunto Santa Sofia – CEP 64011010 – Teresina – PI.

sistemas de organizações parceiras e aplicativos de controle administrativo/financeiro. O trabalho faz, também, uma explanação sobre o retorno do investimento feito na aquisição de diversas tecnologias e a influência positiva na formação da equipe técnica.

Palavras-chaves: Tecnologia da Informação, Assembleia Legislativa do Piauí, SAPL

ABSTRACT

This research analyzes the impact of the implementation of Information and Communication Technologies (ICTs) in the Legislative Assembly of the State of Piauí (ALEPI), in particular regarding the implementation of the Legislative Process Support System (SAPL) tool that aims to provide improvements in the way to organize, archive and query the information resulting from the activities of the legislative process, enabling numerous benefits such as reducing the time needed to implement the activities and rationalization of procedures relating to the monitoring of their processes. It also approaches using the internet on the premises of the organization, its benefits in relation to the exchange of information and data with partner organizations and administrative/financial control systems applications. The paper also makes an explanation of the return on investment in the acquisition of various technologies and the positive influence on the crew.

Keywords: Information Technology, Legislative Assembly of Piauí, SAPL

1 INTRODUÇÃO

Os impactos das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na esfera política, especialmente nas instituições governamentais, tem sido alvo de estudos crescentes por parte de vários cientistas sociais, a exemplo da integração de novas mídias como televisão e Internet. Embora não seja mais novidade, dão

novos rumos para a criação de novas estratégias de divulgação, ensino, aprendizagem e autocapacitação. Não obstante, grande parte dessa bibliografia tem sido desenvolvida através de orientações e conhecimentos empíricos, relegando em segundo plano o caráter técnico e próximo da própria estrutura da informática. Neste trabalho será tratada a temática mais geral das relações entre tecnologia da informação e política ou, mais precisamente, do impacto das TICs no funcionamento de alguns aspectos das instituições democráticas modernas, especialmente sobre a implantação do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL)¹, a utilização da Internet na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI) e, sobre as relações entre esses fenômenos (TICs e instituições parlamentares).

2 A INSTITUIÇÃO

A ALEPI foi instalada no dia 4 de maio de 1835 na cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí, tendo como seu primeiro presidente Manoel Pinheiro de Miranda Osório, como presidente da província, Manoel de Sousa Martins, e como 3º. Regente e 1º. Regente uno do Brasil, Diogo Antonio Feijó. A Assembleia foi transferida para a nova capital do estado do Piauí, na cidade de Teresina, pela Resolução Provincial Nº. 315 de 21 de julho de 1852, e teve como primeiro presidente, Raimundo Antonio de Carvalho, presidente da província José Antonio Saraiva, sob a regência do 2º. Imperador do Brasil: Dom Pedro II.

O processo de implantação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na ALEPI teve início em 2007 com a aquisição de um sistema que visava a digitalização do acervo de Leis. Antes deste período, a documentação e tramitação² do Processo Legislativo eram realizadas manualmente, ou seja, escritos ou datilografados em livros, blocos e formulários específicos e organizados em pastas de processos para posterior arquivamento. Em 2013 a gestão da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), da ALEPI, optou por aderir à plataforma de

¹ As funcionalidades do SAPL estão relatadas no subitem 4.4.

² A tramitação do Processo Legislativo está descrita no item 3.

software livre³, possibilitando, com isso, a implantação do SAPL, que herdou todas as informações armazenadas do sistema até então em uso e, priorizando a produção legislativa, isto é, registro eletrônico de todas as proposições sugeridas e votadas pelos parlamentares, tendo assim mecanismos métricos da atividade parlamentar.

A DTI vem demonstrando uma considerável evolução com a inserção de novas tecnologias e principalmente na capacitação técnica e qualificada de seus colaboradores, passando por processo de evolução sistemático e satisfatório, através dos seguintes aspectos: (a) – Sistemas; (b) – Pessoal; (c) – Equipamentos; (d) – Novas Tecnologias. Com esta evolução, estima-se que em curto prazo ocorrerá um salto na qualidade dos serviços prestados pela ALEPI à sociedade piauiense.

Como exemplo, tem-se o portal da ALEPI que disponibiliza as últimas notícias e determinações parlamentares atualizadas diariamente, bem como uma galeria de fotos das sessões e solenidades. Através do portal, dentre várias opções, também é possível acessar o portal da TV Assembleia e assistir ou ouvir, respectivamente, a TV Assembleia e a Rádio Assembleia, acompanhar os resultados das licitações e contratos, verificar as publicações do Diário Oficial da ALEPI, acessar o portal da Transparência e o portal do SAPL. Os servidores da ALEPI também podem, através do Portal do Servidor, consultar e imprimir suas informações financeiras, tais como contracheque e Declaração de Rendimentos Anual.

3 TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

De acordo com o Regimento Interno da ALEPI, Resolução N^o. 429/10 (ALEPI, 2010, p 66), proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia e pode ser:

³ Software livre é software que respeita a liberdade dos usuários de computador (particulares, bem como organizações e empresas), concedendo-lhes a liberdade de controle na execução e adaptação a sua computação e processamento de dados às suas necessidades (concessão plena liberdade de controle e independência, através da disponibilidade de código fonte para análise e alterações). (WIKIPÉDIA).

- ✓ Voluntária
 - a) proposta de emenda à constituição;
 - b) projeto de lei;
 - c) projeto de lei complementar;
 - d) projeto de resolução;
 - e) projeto de decreto legislativo;
 - f) requerimento;
 - g) indicação;
 - h) emenda;
 - i) moção;
 - j) proposta de fiscalização e controle;
 - k) pedido de informação;
 - l) recurso.

- ✓ Decorrente de disposição constitucional
 - a) medida provisória;
 - b) veto.

A tramitação das proposições se inicia com o encaminhamento à Redação de Atas, que organiza e envia ao Plenário para serem lidos pelos deputados. Após a leitura em Plenário, as proposições retornam à Redação de Atas onde são numerados e protocolados para envio às comissões, iniciando-se pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para os devidos pareceres. Depois de concluídos os trabalhos das comissões e tendo seus pareceres liberados, as proposições retornam à Redação de Atas para, novamente, serem encaminhados ao Plenário para a votação dos deputados. Depois de votados, são enviados à Diretoria Legislativa para consolidação. As proposições aprovadas seguem para encaminhamento do Presidente da ALEPI ao Governador do Estado para sanção ou veto. Toda a documentação, após crivo do governador, retorna à ALEPI como sancionado (transformando em Lei) ou vetado, e encaminhado ao Setor de Publicação, onde permanece por dois anos. Após esse período, é enviado ao Arquivo da ALEPI, onde poderá ser consultado pelo cidadão.

Através do sítio www.alepi.pi.gov.br, link⁴ “Processo Legislativo”, é possível acompanhar as proposições dos parlamentares, conforme figura 1.

The screenshot shows the website of the Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. The main content area is titled "Parlamentares" and displays a list of legislative proposals for the member Themistocles Filho. The proposals are categorized into "AUTORIA" and "CO-AUTORIA".

AUTORIA			CO-AUTORIA		
Tipo	Natureza	Qtde.	Tipo	Natureza	Qtde.
----- Ano: 2013 -----					
PDL	Projeto de Decreto Legislativo	2	REQ	Requerimento	1
PLO	Projeto de Lei Ordinária	1	----- Ano: 2012 -----		
REQ	Requerimento	31	REQ	Requerimento	1
----- Ano: 2012 -----					
PDL	Projeto de Decreto Legislativo	7	Total de Proposições (Co-Autor)		
PRE	Projeto de Resolução	1			2
REQ	Requerimento	14	----- Ano: 2011 -----		
----- Ano: 2011 -----					
REQ	Requerimento	3	Total de Proposições (1º Autor)		
		59			

Figura 1 - Proposições do Parlamentar por Período
Fonte: Portal ALEPI (www.alepi.pi.gov.br opção de menu: Processo Legislativo)

4 TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

As organizações, bem como as pessoas, são submetidas atualmente a uma quantidade de informações muito maior que sua capacidade de armazenamento e processamento. Esse fenômeno, denominado *information overload* – ou sobrecarga de informação, em uma tradução livre – refere-se à “inabilidade de extrair o conhecimento necessário a partir de uma quantidade imensa de informações” (NELSON, 1994, p. 12). A Tecnologia da Informação (TI) pode ser considerada instrumento poderoso para solução de tais questões, na medida em que amplia a capacidade de tratamento das informações. Então, como isso se associa à demanda crescente das atividades baseadas no conhecimento?

⁴ LINK é uma ligação entre documentos na Internet. Podem ser ligações de um texto para outro texto, imagem, som ou vídeo (ou vice-versa). Um clique em um LINK conduzirá automaticamente para o documento "linkado" (ligado). É um atalho.

A informação é de fundamental importância para o controle, sobretudo, das organizações. Sendo, portanto, o principal elemento de agregação de valor à produção de bens e serviços que objetivem desempenhar um papel estratégico em diversos processos organizacionais.

A administração de processos é o conjunto estruturado e intuitivo das funções de planejamento, organização, direção e avaliação das atividades sequenciais, que apresentam relação lógica entre si, com a finalidade de atender e, principalmente, suplantar, com minimização dos conflitos interpessoais, as necessidades e expectativas dos clientes externos e internos das empresas. (OLIVEIRA, 2009, p. 58).

Segundo Oliveira (2009), a adequada aplicação da administração de processos nas organizações governamentais e paragovernamentais, geralmente é uma tarefa difícil para qualquer profissional, principalmente por causa de seu modelo de gestão burocrática.

Perante o desafio representado pelo volume crescente de informações e, considerando o papel da tecnologia nesse contexto, pode-se concluir que a construção e a sobrevivência de organizações do conhecimento não são possíveis, hoje, sem o uso intensivo das TIC's.

4.1 O DIFERENCIAL NO CONHECIMENTO

A informação tornou-se o diferencial não apenas para manter as organizações, mas também para auxiliá-las em seu gerenciamento estratégico, através da disponibilização dos resultados de aspecto gerencial e informativo. Lembrando sempre que para obter sucesso a organização não depende somente das informações disponíveis, mas da capacidade de saber coletar, organizar, analisar e implementar as mudanças com base nas informações que serão utilizadas para a melhoria contínua de suas atividades.

As organizações vivem em um cenário constante de forças e pressões que ora enfrentam ameaças, ora se deparam com oportunidades para a expansão

ou a retração do seu negócio. A informação é o meio que dá acesso ao conhecimento e que contribui para a mudança e o aperfeiçoamento, possibilitando o conhecimento necessário à tomada de decisão e à execução de ações. A informação tecnológica, por exemplo, constitui ferramenta básica na busca de soluções inovadoras, no processo produtivo da empresa, melhorando a qualidade de seus produtos e diversificando o lançamento de novos produtos.

A função dos sistemas de informação é munir seus usuários de dados, cujo objetivo fundamental é possibilitar, tecnicamente, para que as melhores decisões sejam tomadas pelos gestores, que podem, com isso, analisar os resultados e o ambiente externo, buscar e captar, avaliar e selecionar, tratar, condensar, indexar, analisar, interpretar, classificar, armazenar, recuperar, transmitir e disseminar dados e informações externas e internas à empresa, pertinentes e relevantes para a tomada de decisões relativas às diversas atividades.

Na ALEPI, a implantação de sistemas aplicativos de desenvolvimento próprio ou aquisição de soluções tecnológicas, vem sendo adotada para proporcionar um melhor controle em suas atividades. Dentre os quais:

Tabela 1 – Sistemas em Uso na ALEPI

Sistemas	Objetivo
Folha de Pagamento	Controlar entrada e saída de pessoal considerando as peculiaridades da ALEPI, onde, além dos servidores efetivos, existem os comissionados e suas atribuições previstas em Lei. Este sistema está sendo moldado para que, em um futuro próximo, venha atender de forma integrada ao Departamento de Recursos Humanos.
Protocolo Administrativo	Monitorar o controle e fluxo de documentos. Em implantação, quando em sua conclusão, permitirá o acompanhamento do processo através da internet.
Almoxarifado e Patrimônio	Controlar a entrada e saída do patrimônio imobilizado da ALEPI, bem como materiais de expediente.
Prestação de Contas de Gabinete	Controlar o fluxo de caixa dos gabinetes e disponibilizar resultados no Portal da Transparência através do sitio www.alepi.pi.gov.br .
Portal ALEPI	Disponibilizar informações em uma interface atualizada, a qual seu conteúdo poderá ser alimentado, de forma segura, através dos vários departamentos da ALEPI, de onde se originam as pautas dos parlamentares e outras informações importantes.
Pregão Eletrônico	Realizar compras referentes a computadores, impressoras, móveis, papel de impressora, passagens aéreas, etc. Apenas os produtos ou serviços que constam em uma lista específica para tal modalidade podem ser adquiridos por pregão. Em atendimento a Lei 10.520/02. A ALEPI faz uso da plataforma do Banco do Brasil "Licitações-e" para tal atividade.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2 O USO DA INTERNET

A internet, reconhecida por uma gama de pesquisadores como a solução para os problemas da apatia política da população e também da crise de representação democrática, vem sendo utilizada cada dia mais pela população para expressar seus sentimentos e acompanhar os acontecimentos e ações dos parlamentares. Com a popularização da internet, os governantes passaram a ter em mãos uma ferramenta que permite divulgar suas realizações e também abrir espaço para que o cidadão também possa relatar seus anseios e necessidades, ambos dispensando o uso de intermediários como a mídia massiva e os partidos políticos (COLEMAN *et al.*, 2008; GOMES, 2005b; BENTIVEGNA, 2006 apud SAMPAIO).

Segundo Frey (2001), muitos autores consideravam o próprio caráter anárquico e mais fluido da internet como catalisador da participação popular. Enquanto as instituições territoriais tradicionais apresentavam-se mais hierárquicas e rígidas, a Internet proporcionava modos de relacionamento transversais e estruturas mais fluidas, mais alinhadas com as estruturas de rede que caracterizam os processos sociais e políticos nas sociedades democráticas modernas. O potencial democrático específico da Internet baseia-se em sua estrutura não hierárquica e cibernética que, em princípio, favorece a interatividade.

Gomes (2007) enfatizava, sobre a internet, que os cidadãos pouco podiam interferir no meio político, devido a relação de cima para baixo (top-down), ou entre representantes e representados, devido à blindagem antipúblico caracterizada, na qual o sistema político armava barreiras contra a participação dos cidadãos. Atualmente, essa visão já não pode ser mais aceita. A democratização da internet proporciona ao cidadão a possibilidade de ser “ouvido”, através de inúmeras ferramentas, tais como blogs, sitios de compartilhamento e, sobretudo, redes sociais, que além das simples conexões sociais, tem se mostrado poderosa opção de organização da sociedade.

Como exemplo, em São Paulo, manifestações organizadas por meio das redes sociais começaram no dia 6 de junho de 2013 em decorrência do aumento das passagens do transporte coletivo. A partir de então, as *timelines* (linha do

tempo) das redes sociais foram tomadas por intensos protestos, assim como as ruas de todo o país. Ao tempo em que os jornais e revistas expunham os fatos sob um ponto de vista específico e atendendo a uma determinada ideologia, as pessoas começaram a usar as plataformas para expressar suas próprias opiniões. Multiplicaram-se, assim, as visões de mundo e as possibilidades de analisar um mesmo assunto sob diversos ângulos.

Segundo FATTORI (2013), a confiança da população nos veículos tradicionais de mídia diminuiu. Começou, então, uma busca nas redes sociais do que acreditava-se ser a verdade, que foi confirmada através das postagens de vídeos, fotos e depoimentos contidos nas redes, os quais, não pareciam ser editados e foram feitos por pessoas comuns, transformadas em jornalistas amadores. Além disso, uma imensa quantidade de informação publicada por diferentes usuários corroboravam os fatos ocorridos nas ruas.

A rua tornou-se um grande mural, onde muitas pessoas, com cartazes de palavras de ordem, estavam ali somente para serem registradas e compartilhadas como fazendo parte do dito momento histórico. A fuga de foco do objetivo inicial do movimento aconteceu devido ao desejo da população de se expor como parte do movimento em defesa da melhoria do país, não importando qual fosse o tema. FATTORI (2013).

Parlamentares subiram à Tribuna e reconheceram a força do povo que mostraram a cara e saiu literalmente às ruas. Avaliou Raul Jungmann⁵

“O primeiro Tsunami é as redes sociais. Quando essa menina socializa isso, estamos no declínio. Na internet Barack Obama é igual a qualquer um de nós. A internet é essa possibilidade horizontal onde as pessoas podem se encontrar ignorando os espaços e os tempos. A visão é que nós representamos a nós mesmos, porque a saúde e a educação não mudam. Isso veio para ficar na política do Brasil e do mundo e não vai parar. A internet é de fato importante para derrubar governos”

⁵ Raul Jungmann líder da oposição na Câmara de Vereadores da cidade de Recife/PE, em discurso sobre as manifestações populares nas principais cidades do Brasil. Recife(PE) 27 de junho de 2013 (Portal LEIAJÁ).

Na ALEPI, a utilização da internet tem sido disponibilizada para todas as diretorias, coordenações e gabinetes com o objetivo de atender a diferentes necessidades operacionais da instituição. Muitas são as necessidades de utilização de sistemas e subsistemas de controle e de troca de informações com outras instituições, tais como: Receita Federal, Secretaria de Fazenda, Tribunal de Contas, instituições bancárias, Pregão Eletrônico, dentre outros.

São inúmeros os benefícios verificados com a utilização da internet. Através dela os servidores podem acessar seus contracheques e seus relatórios fiscais de qualquer lugar e a qualquer tempo que necessite. As informações parlamentares são publicadas no sítio da instituição (www.alepi.pi.gov.br) e pelo mesmo é possível assistir a TV Assembleia e ouvir, ao vivo, a Rádio Assembleia.

Porém, disponibilizar internet em um universo como a Assembleia Legislativa não é uma tarefa tão fácil, muitos são os usuários, e com a diversidade das opções disponibilizadas na rede mundial de computadores⁶, muitos também, são os desvios de conduta, visto que os servidores fazem uso da internet para atualizar suas redes sociais, baixar e assistir filmes, visualizar fotos e imagens de conteúdo adulto, jogar e efetuar compras pessoais, dentre tantas outras atividades. Com isso se faz necessário o monitoramento contínuo dos acessos, o que demanda tempo dos técnicos da área de tecnologia, que poderiam melhor desenvolver suas atividades se não ocorressem tais desvios de conduta dos servidores.

Com a massificação das redes sociais e a infinidade de páginas voltadas ao entretenimento que se multiplicam de forma exponencial, é comum que as pessoas menos comprometidas com suas atividades profissionais passem horas “navegando” na internet, relegando suas atividades profissionais. Cabe aos encarregados acompanhar o uso correto desta ferramenta tecnológica e coibir abusos.

⁶ A Rede mundial de computadores (**Internacional-Net**working ou apenas **InterNet**) surgiu em meados de 1960, em instituições militares governamentais, nos Estados Unidos.

4.3 SISTEMA DE APOIO À ATIVIDADE PARLAMENTAR - SAAP

O Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (SAAP) auxilia na automação das tarefas parlamentares. Seu objetivo é prover um conjunto de sistemas integrados que permita a otimização das tarefas relativas à atividade parlamentar, dentre eles o SAPL, que será descrito no subitem 4.4.

O SAAP envolve principalmente o gerenciamento das interações de parlamentares com pessoas, grupos e organizações, nas diversas Casas Legislativas do país.

O sistema permite o acesso via Internet, uma vez que a sua interface se dá através de um navegador⁷ de Internet (*Web Browser*). Seu desenvolvimento é realizado de forma evolutiva pela equipe técnica da Interlegis⁸, com o lançamento de sucessivas versões que incorporam as sugestões e recomendações feitas pelos membros da Comunidade Interlegis. Neste contexto, a equipe técnica da ALEPI desempenha um papel importante, com várias sugestões de melhoria, além de solicitações que se adequem às suas funcionalidades.

4.4 SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO - SAPL

O Processo Legislativo é o conjunto de atividades de uma Casa Legislativa na criação de leis e demais normas jurídicas, desenvolvido com o objetivo de sua modernização. O SAPL tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas na elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras. Disponibilizam também, consultas às informações sobre mesa diretora, comissões, parlamentares, ordem do dia, proposições, matérias legislativas, normas jurídicas dentre outras.

⁷ Navegador, também conhecido pelos termos em inglês *web browser* ou simplesmente *browser*, é um programa de computador que habilita seus usuários a interagirem com documentos virtuais da Internet, também conhecidos como páginas da internet.

⁸ O Interlegis é uma Secretaria do Senado Federal, responsável pela execução do Programa Interlegis, que tem por missão modernizar e fortalecer o Poder Legislativo Brasileiro nos níveis Municipal, Estadual e Federal através da capacitação de servidores e parlamentares.

O sistema proporciona melhorias no modo de organizar, arquivar e consultar as informações, uma vez que essas atividades deixam de serem feitas utilizando meios físicos como papéis e fichas, para serem feitas em meio digital utilizando-se computadores, resultando em inúmeros benefícios como a redução no tempo necessário à execução das atividades, racionalização e eliminação de procedimentos redundantes, consultas diretas com uso de mecanismos de indexação de palavras, do conteúdo das ementas e dos textos integrais.

O SAPL facilita as atividades dos parlamentares, servidores da Casa e permite aos cidadãos, através da internet, acompanharem o andamento dos processos legislativos, além de pesquisar a legislação sem a necessidade de locomoção até as Casas Legislativas.

Ao ser integrado à Rede de Informação Legislativa e Jurídica Nacional – LEXML⁹ proporciona ampla pesquisa a base legislativa municipal, estadual e federal.

O desenvolvimento e evolução do SAPL ocorre através da utilização de ferramentas licenciadas com software livre sem custo de aquisição do produto, possibilitando o uso da solução em código aberto sem custos de licença com troca de informação das diversas casas legislativas através de fóruns permanentes e eventos temáticos.

O sistema, assim como o SAAP, é desenvolvido de forma evolutiva, com lançamentos sucessivos de versões que incorporam melhorias e inovações sugeridas pelos membros da Comunidade Interlegis.

Para a implantação do sistema SAPL na ALEPI, a equipe da DTI tem exercido um trabalho de convencimento dos servidores da instituição, uma vez que para a inserção das informações nas tabelas de dados dependem de fontes confiáveis das informações, sendo necessária uma seleção minuciosa e detalhada das mesmas e, principalmente, da colaboração dos envolvidos que em alguns casos

⁹ Portal unificado para pesquisa e referência persistente à Legislação, Jurisprudência e Proposições Legislativas disponíveis em sítios de instituições dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público.

precisam mudar padrões de comportamento operacional ao sair de suas zonas de conforto. O sistema pode ser acessado através do sitio da ALEPI no seguinte endereço: www.alepi.pi.gov.br e proporciona à população interessada uma opção de pesquisa detalhada e confiável sobre os assuntos e atividades parlamentar diretamente de sua fonte de origem. Como exemplo, a Figura 1 (exibida na página 6) mostra todas as proposições elaboradas por um determinado parlamentar, divididas por período e por natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informatização da ALEPI tem se intensificado nas últimas legislaturas, onde a DTI, vem buscando montar uma equipe técnica capacitada, composta por profissionais experientes em seus conhecimentos, como também de uma equipe de manutenção de hardware para manter os equipamentos de TI e infraestrutura de rede sempre disponíveis.

O controle do acesso à rede lógica (intranet) e aos sistemas é realizado de forma criteriosa, através do cadastramento dos IPs das máquinas usuárias. A utilização da internet é liberada para todas as diretorias, coordenações, comissões, gabinetes e espaços da instituição. Os excessos no acesso às redes sociais, e aos sitios não convencionais, demandam da equipe de TI o controle, reeducação e bloqueio de acesso, verificados constantemente e notificados os responsáveis pelos setores.

A equipe técnica da DTI elabora internamente análise e desenvolvimento dos sitios da organização e de sistemas aplicativos para atender aos departamentos chaves, tais como: Folha de Pagamento, Controle de Despesas, Controle de Patrimônio, Controle de Manutenção de Equipamentos, e em especial, está implantando o SAPL que visa melhorias no modo de organizar, arquivar e consultar as informações parlamentares. Dentre as suas funcionalidades podemos destacar a elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre

outras, disponibilizando consultas às informações sobre mesa diretora, comissões, parlamentares, permitindo aos cidadãos acompanharem o andamento dos processos legislativos, além de pesquisar a legislação sem a necessidade de locomoção até ALEPI, tudo isso via internet.

Em que pesem os esforços da DTI em disponibilizar meios tecnológicos que atendam às mais diversas solicitações e necessidades, paira uma preocupação em relação aos usuários, que por muitas vezes estão acomodados em suas atividades convencionais e que com a implantação de novas soluções e alternativas de trabalho se mostram desestimulados ou não manifestam interesse. Diante disto, cabe aos seus superiores encontrar meios de motivação, para que todos possam fazer da ALEPI uma instituição que preste serviços de forma ágil, eficiente e transparente.

REFERÊNCIAS

ALEPI, Regimento Interno – Resolução N. 429/10, Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Teresina/PI, 2010.

BRASIL, LEI Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm. Acesso em 29 ago. 2013.

FATTORI, Marília, Protestos e Manifestações: Redes Sociais X Mídias Tradicionais. Disponível em: <<http://www.dp6.com.br/protestos-e-manifestacoes-redes-sociais-x-midias-tradicionais>>. Acesso em: 15 set. 2013.

FREY, Klaus Governança Eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. IP – Informática Pública, Belo Horizonte, no 3, n. 1, 2001. Disponível em <<http://www.ip.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 5 set. 2013.

GOMES, W. Democracia digital: que democracia? Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Internet e Política”. In: CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte, BH. *Anais*. Belo Horizonte, BH, 2007.

NELSON, Mark R. We have the information you want, but having it will cost you: being held hostage by information overload. *Crossroads*, Vol. 1, nº 1, p. 11-15, Sep. 1994.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de Processos – Conceitos, Metodologia, Práticas. 3ª. Edição. Editora Atlas. São Paulo, SP. 2009.

PORTAL INTERLEGIS, Disponível em <http://www.interlegis.leg.br/produtos_servicos/tecnologia/produtos/sapl>. Acesso em 25 ago, 2013.

PORTAL INTERLEGIS, Disponível em <<http://ftp.interlegis.leg.br/interlegis/produtos/saap/versao2.0/docs/apresenta-saap.pdf>>. Acesso em 23 set, 2013.

PORTAL LEIAJÁ, Disponível em <<http://www.leiaja.com/politica/2013/importancia-das-redes-sociais-nas-manifestacoes/>>. Acesso em 23 set. 2013.

PORTAL SAPL, Disponível em <http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/default_index.html?idMenu=33>. Acesso em 1 nov. 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso, Governança Eletrônica no Brasil: Limites e Possibilidades introduzidos pelo Orçamento Público Participativo na Internet, Artigo Científico. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1843/FAFI-84GJUX>>, Acesso em 05 set. 2013.

WIKIPÉDIA, Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Software_livre>. Acesso em: 20 de out. 2013.